

Reconhecimento, utopia, distopia. Os sentidos da política de cotas raciais

SANTOS, Gislene Aparecida. *Reconhecimento, utopia, distopia*. Os sentidos da política de cotas raciais. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012.

Sara Moitinho¹
saramoitinho@hotmail.com

O debate sobre cotas raciais no Brasil tem despertado interesses e candentes questionamentos na atualidade. **Reconhecimento, utopia, distopia. Os sentidos da política de cotas raciais** traz uma importante contribuição para ampliar e aprofundar esse debate em bases teóricas e práticas. A organizadora, Gislene Aparecida dos Santos, é livre-docente pela Universidade de São Paulo e possui mestrado em filosofia, especialização em epistemologia da psicologia e da psicanálise, doutorado em psicologia pela Universidade de São Paulo, pós-doutorado pelo *Kings College London* (área de estudos portugueses e brasileiros) e *York University* (estudos sobre Brasil-Canadá). Atualmente, é professora do curso de Gestão de Políticas Públicas na Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Também é professora do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Publicou livros, capítulos de livros e artigos em periódicos especializados, no Brasil e no exterior. Tem interagido ativamente com pesquisadores do Brasil e do exterior, no sentido de construir parcerias multilaterais, focalizando questões da América Latina, Caribe e Brasil.

O livro foi escrito a partir da pesquisa realizada entre 2005 e 2007, que resultou na tese de livre-docência defendida na Universidade de São Paulo, em 2008. Foi organizado a partir de uma coletânea de artigos sobre questões referentes à identidade, raça, alteridade, preconceito, direitos humanos, reconhecimento e justiça. Os artigos vinculam essas questões ao tema “cotas raciais” e também à universidade, aos alunos e às práticas dessas políticas no cotidiano da universidade. É um livro atual que se propõe a verificar como os jovens cotistas dimensionam essa política pública no ambiente universitário. A

¹ Universidade de São Paulo-USP

autora opera a partir de um ponto de vista disciplinar, focalizando em como os beneficiários de tal política a representariam; o que pensariam sobre o impacto delas, enfatizando também a alteração do quadro de exclusão, desigualdade e injustiça social, ou seja, se a considerariam uma política de Estado eficiente; em que medida a reconheceriam como uma política de promoção da igualdade, da democracia, da cidadania, na luta contra o preconceito. Essa é a proposta do livro: discutir a percepção dos estudantes que ingressaram em universidades públicas pelo sistema de cotas raciais.

Composto por nove artigos, o livro objetiva discutir, a partir de diversificados pontos de vista, questões sobre a política de cotas raciais no cotidiano de duas universidades públicas, a fim de dar conta dos sentidos que essa política tem nesse nível de ensino.

A autora ressalta que esse tema, por revelar grande complexidade da sociedade brasileira, deve ser abordado numa perspectiva múltipla, focalizando aspectos sociais, políticos, educacionais, psicológicos e jurídicos, que possibilitam refletir sobre as questões que as sociedades multiculturais colocam para as teorias clássicas do direito e da justiça, de modo a contribuir para a construção de sociedades mais justas e democráticas.

O primeiro capítulo, “A questão das cotas raciais: reflexões em torno de causas e efeitos”, analisa a política de cotas para negros em universidades, apresentando algumas reflexões sobre as causas e os efeitos dessa política para a sociedade brasileira. A autora ressalta que, para conhecer melhor o contexto no qual a política de cotas pôde ser pensada, foi necessária uma discussão sobre alguns argumentos utilizados por dois grupos de interlocutores acadêmicos mais expressivos – GRUPO A, contrários às cotas e GRUPO B, favoráveis às cotas –, de modo a explicitar o sentido que cada grupo constrói para a solução do problema da exclusão de estudantes negros no ensino superior. Os principais argumentos encontrados entre aqueles que se posicionaram contra as cotas, o Grupo A, giravam ao redor da afirmação de que elas seriam uma política equivocada. Os negros não seriam excluídos das universidades em função da discriminação racial, mas em função das deficiências encontradas na formação básica, que retirariam deles as chances de aprovação nos exames de admissão às universidades. Já o Grupo B – o

dos favoráveis às cotas – argumentava que essa política seria a única forma eficiente de reverter a exclusão social dos negros, uma vez que as desigualdades no Brasil são alicerçadas em função de renda, raça e cor. Além disso, a política de cotas desmascararia o racismo e o mito da democracia racial brasileira.

No segundo capítulo, “Preâmbulo ao trabalho de campo: a pesquisa exploratória”, a autora, antes de ir a campo entrevistar os estudantes universitários, elaborou uma pesquisa exploratória com estudantes do ensino médio na cidade de São Paulo. O objetivo era aproximar-se do tema, testar instrumentos de pesquisa, verificar técnicas mais adequadas, para compreender a forma como estudantes pardos e pretos se posicionariam em relação à política de cotas raciais e aos critérios utilizados pelas universidades. A autora manteve nessa pesquisa exploratória o mesmo foco que seria empregado na pesquisa com os universitários: se a consideram uma política justa; se lançariam mão dela para o ingresso na universidade; se acreditavam que, por meio dela, possíveis desigualdades encontradas na sociedade brasileira decorrente dos fatores de raça ou cor poderiam ser superadas.

No terceiro capítulo, “Métodos e técnicas e o *corpus* da pesquisa”, a autora expõe o problema, as hipóteses, o método, a construção da amostra e a análise dos dados. A técnica utilizada foi a da entrevista em profundidade, e, para isso, utilizaram-se técnicas de análise de conteúdo para a avaliação precisa das entrevistadas coletas. Para a autora, a análise de conteúdo é a “correspondência entre as estruturas semânticas ou linguísticas detectadas na superfície dos textos e as estruturas psicológicas dos enunciados” (p. 71). Foram coletadas quinze entrevistas em duas universidades públicas.

No quarto capítulo, “Identidades e alteridades. Ser cotista, o que é?”, Santos inicia o capítulo, apresentando o primeiro dado da pesquisa que mereceu destaque, a diversidade de tons de pele e de traços encontrada entre alunos cotistas, e isso acaba gerando alguns conflitos sobre essa política no tocante a quem seria “negro” na sociedade brasileira. Os alunos vão dizer que ser cotista é assumir uma identidade institucional, ser cotista é ser negro institucionalizado. Alguns jovens defenderam que o objetivo das cotas não seria o de somente incluir jovens negros nas universidades públicas. A política

de cotas envolveria um processo mais complexo de fortalecimento e reconhecimento identitário.

No quinto capítulo, “Autenticidade e identidade coletiva”, ela continua analisando a discussão teórica e empírica sobre a identidade cotista. Ressalta que o discurso sobre as cotas acaba sendo responsável pela formação do sujeito político “negro”, e que esse mesmo sistema consistiria na definição de conceitos e finalidades no que diz respeito à identidade negra autêntica, vinculada a alguns valores culturais africanos e afro-brasileiros e no conhecimento afrocêntrico em lugar do conhecimento eurocêntrico. Os estudantes entrevistados afirmam que assumir as cotas é assumir o seu lugar político; talvez seja por isso que muitos estudantes negam-se a se identificar como cotistas, mas porque, mais do que um projeto de inclusão social, a política de cotas se afirma como parte de um projeto de construção do sujeito político negro.

O sexto capítulo, “As cotas como projeto do multiculturalismo”, aborda o tema do multiculturalismo e sua importância como opção política para o tratamento da diversidade nas sociedades plurais, a partir das contribuições dos seguintes autores: Iris Marion Young; Brian Barry; Will Kymlicka e Bhikhu Pareky. Apresenta também as contribuições das teorias normativas, que podem ser organizadas em teorias políticas normativas e políticas da diferença. As diferenças se dividiriam entre políticas da diferença cultural e políticas da diferença posicional e estrutural.

O sétimo capítulo, “Reconhecimento como mudança no cânone”, tem como proposta principal discutir questionamentos teóricos sobre a produção do conhecimento na universidade. A autora desenvolve um diálogo teórico, a partir das contribuições de Boaventura de Souza de Santos sobre o conhecimento científico e o conhecimento do senso comum – conhecimento regulação e conhecimento emancipação. Boaventura parte da premissa de que a ciência moderna se construiu em oposição ao senso comum, que foi considerado superficial, ilusório e falso.

O oitavo capítulo, intitulado “Reconhecimento e novas utopias”, é uma excelente reflexão sobre autores que trabalham com a política de reconhecimento, que são: Charles Taylor, Axel Honnety, Nancy Fraser e

Manuel Castell (com a questão da identidade coletiva e a identidade de projeto). A autora delinea alguns conceitos ao longo do capítulo: reconhecimento, redistribuição e justiça igualitária – principalmente em torno da política do reconhecimento.

“Reconhecimento. Desejo ou ressentimento” é o nono capítulo. Nele, Santos continua com a análise da política do reconhecimento, mas procura dialogar com autores brasileiros, como Jessé de Souza, sobre a teoria da inautenticidade brasileira *versus* nossa singularidade; com Renato Janine Ribeiro, sobre a avaliação do desejo nas sociedades, e Maria Rita Kehl, ressaltando a questão do ressentimento como base para as relações sociais. Nesse capítulo, há também um diálogo com as vozes dos estudantes cotistas que participaram da pesquisa sobre o acesso à universidade e sobre a questão do desejo que foi realizado em estar nesse local, de acordo com falas dos entrevistados.

Por fim, finaliza-se a obra no capítulo intitulado “Compromissos e soluções de compromisso”. Trata-se da exposição das principais conclusões do trabalho e do que foi possível alcançar em relação às hipóteses trabalhadas ao longo dos capítulos. Segundo a autora, os jovens cotistas discutem identidade, sentem-se responsáveis pelo fortalecimento da identidade de grupo negro, estressam-se diante dessa responsabilidade, mas não desistem dela. Os jovens afirmam que vivenciam uma série de preconceitos dentro da instituição, mas que também já os vivenciaram fora dela, com a diferença de que, na universidade, encontram instrumentos para lidar com a discriminação, pela formação de redes de estudantes cotistas, em todo o Brasil.

Sendo assim, a obra traz importantes subsídios, reflexões e análises sobre o tema, de forma aberta, clara e desafiante. Trata-se de uma leitura de suma importância para professores, pesquisadores, alunos e toda a sociedade que busca entender e compreender essa política nas universidades públicas. Ressalto também que é uma leitura primorosa, pois a autora buscou entender como essa política de cotas raciais é compreendida pelos alunos cotistas no cotidiano de duas universidades públicas no estado de São Paulo.